

**Oswaldo Peralva**

## A difícil travessia

A avassaladora maioria em favor do presidencialismo, na votação de terça-feira, numa brusca inversão da tendência parlamentarista na Assembléia Nacional Constituinte, conduz a reflexões que transcendem os dados da conjuntura política. O fenômeno evidencia o atraso de nossa educação democrática.

É compreensível a mudança de posição, conforme as circunstâncias. Mas o que se verificou nesse caso foi uma debandada em pânico diante do pronunciamento dos chefes militares.

Reconheça-se que as nossas Forças Armadas, em comparação com outras do subcontinente latino-americano, têm uma tradição de respeito à legalidade. Sua intervenção no jogo político, nos momentos de crise (com a trágica exceção de 1964), resulta da inexistência de mecanismos para superá-la no sistema presidencialista.

As crises no regime parlamentar se resolvem com a substituição do Governo, sem afetar as instituições.

No presidencialismo (salvo nos Estados Unidos da América) quando a situação se torna insustentável apela-se para os militares, que ocupam o poder. No Brasil, por um breve período, logo devolvendo-o aos civis. É verdade que a Constituição prevê o **impeachment** do Presidente, mas a superioridade do Executivo sobre o Judiciário e o Legislativo é tamanha que na prática essa figura se converte em letra morta.

O espetáculo de generais, coronéis e até sargentos dando golpes e assumindo a Presidência nas diversas repúblicas da América Latina, como mais tarde na África e Ásia, parecia repugnar aos chefes militares brasileiros. Coube-lhes o pecado, porém, de servirem de sustentáculo da ditadura de Getúlio Vargas no Estado Novo.

Só em 1964 é que eles vieram para ficar, destruindo pouco a pouco todos os sinais de vida democrática. Mas só se decidiram a depor o presidente João Goulart depois que as Forças Armadas mesmas se achavam ameaçadas nos dois pilares de sua organização — a hierarquia e a disciplina, diante da passividade do comandante supremo, o Presidente.

Mesmo assim, até o último momento o comandante do II Exército, general Amaury Krueel, em São Paulo, tentou evitar a ruptura, recomendando a Jango desfazer-se de suas alianças políticas com os grupos radicais. Claro que isso implicaria ficar sob tutela, e ele preferiu, dignamente sem dúvida, tomar o caminho do exílio.

Nos vinte anos de autoritarismo, sob a regência de generais-presidentes, toda vez que o Congresso Nacional mostrava veleidades de atitudes independentes era punido de modo severo — mais cassações de mandatos, quando não o fechamento de suas portas por determinado tempo.

Esse medo de nova punição fez com que a Assembléia Nacional Constituinte abrisse mão de vez de sua contestada soberania, embora não houvesse condições, desta vez, para um ataque militar às instituições democráticas. O numeroso contingente de parlamentares que assegurou a esmagadora vitória dos presidencialistas não quis pagar para ver.

Esse comportamento seria impensável na Europa ou no Japão parlamentaristas ou nos Estados Unidos presidencialista. Isso mostra como nos achamos distantes de uma efetiva sociedade democrática. Ontem um jornal estampou foto do Alto Comando do Exército, sob a chefia do ministro, Leônidas Pires Gonçalves, em reunião na qual foi elogiado o comportamento político do presidente da República.

---

Oswaldo Peralva é  
jornalista e secretário  
de Comunicação do GDF.

---